



## ÍNDICE

### Atos normativos, Decisões e Projetos da Corregedoria-Geral e Corregedoria da Justiça.....02

- PGI - Programa Gestão Integrada de Unidades Judiciais

- Novos Enunciados Orientativos do FUNJUS (32 a 35)

- Certidão de Antecedentes Criminais para Fins Eleitorais (Ofício-Circular n.º 91/2016)

### Principais Ofícios-Circulares e Ordens de Serviço da Corregedoria-Geral e Corregedoria da Justiça....04

### Atos normativos e Decisões do CNJ, STF e STJ.....05

- CNJ: Principais atos normativos e notícias

- STF: Informativo 832

- STJ: Informativos 583 a 584

### Cursos, Projetos e Eventos da CGJ e CJ.....06

- Curso de Aperfeiçoamento para Magistrados - Processo Civil

## DESTAQUES DO MÊS DE JULHO:

### PGI - PROGRAMA GESTÃO INTEGRADA DE UNIDADES JUDICIAIS

### NOVOS ENUNCIADOS ORIENTATIVOS DO FUNJUS

### CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PARA MAGISTRADOS - PROCESSO CIVIL

#### NOTA INFORMATIVA:

O Centro de Protocolo Judiciário informa que os telefones da Central de fac-símile, utilizados para o Protocolo Integrado, foram alterados para os seguintes números:

**41 + 3210-7800** (Agrupador) substituiu 41 + 3254-8977  
**41 + 3210-7801** substituiu 41 + 3254-7222  
**41 + 3210-7802** substituiu 41 + 3254-4063  
**41 + 3210-7803** substituiu 41 + 3353-5383  
**41 + 3210-7804** substituiu 41 + 3252-0279

O presente Boletim Informativo Mensal é uma ferramenta que objetiva levar ao conhecimento dos integrantes desta Corregedoria-Geral da Justiça, bem como a todos os Magistrados e Servidores que compõem o Poder Judiciário paranaense, as decisões e informações sobre os principais fatos ocorridos no mês de julho de 2016.

Des. **Eugênio Achille Grandinetti**  
Corregedor-Geral da Justiça

Des. **Robson Marques Cury**  
Corregedor da Justiça

## PGI

### PROGRAMA GESTÃO INTEGRADA DE UNIDADES JUDICIAIS

Com o objetivo de promover a melhoria da prestação jurisdicional, consubstanciada na eficiência, na celeridade processual, na satisfação dos jurisdicionados e no bem-estar de Magistrados e Servidores, e em atendimento a pedidos formulados perante este Órgão, esta Corregedoria-Geral da Justiça inicia a implantação do Programa Gestão Integrada de Unidades Judiciais (PGI).

Trata-se de Programa em desenvolvimento no âmbito institucional da Corregedoria-Geral, no Gabinete do Corregedor-Geral, sua Assessoria Jurídica, Núcleo de Estatística e Monitoramento da Corregedoria (NEMOC), Juízes Auxiliares e suas equipes, Assessoria Correicional, Força-Tarefa e ainda auxílio de outros Magistrados e Servidores.

O que se pretende é que, na medida em que as demais fases do Programa forem sendo desenvolvidas, os demais setores do Tribunal de Justiça venham a integrá-lo nas suas respectivas esferas de competência, bem como o Ministério Público, a Ordem dos Advogados do Brasil e as entidades representativas de Magistrados e Servidores.

A primeira fase de implantação do Programa é a disponibilização de uma página eletrônica própria, contendo diversas informações

relacionadas às atividades desenvolvidas nas Unidades Judiciais do 1º Grau de Jurisdição, como modelos e manuais, compilação de atos normativos separados por área de atuação e assunto, ferramenta de coleta e divulgação de boas práticas, avisos, perguntas frequentes, apresentação do PGI e outras informações afetas aos procedimentos das Varas Judiciais e desta Corregedoria-Geral da Justiça.

Contamos com a participação, a colaboração e o apoio de todos, e esperamos que as ferramentas disponibilizadas possam efetivamente auxiliar nos trabalhos e atividades desenvolvidos junto às Varas Judiciais e contribuir com a construção de um Judiciário mais célere, eficiente e acessível a todos os cidadãos.

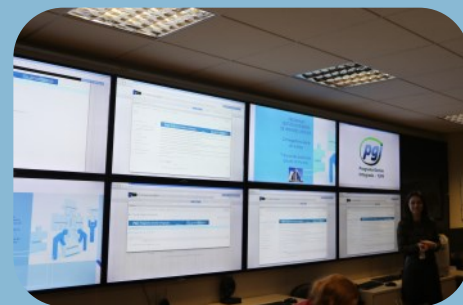
#### **O SITE PGI pode ser acessado da seguinte forma:**

Na área Intranet (após o preenchimento do usuário e da senha), acesse a Aba "Serviços" > "Meus Sites de Comunidades" > "Sites disponíveis" > "PGI – Programa Gestão Integrada" > clicar em "Participar" > Acesse o site clicando em cima do nome "PGI – Programa Gestão Integrada".

Após, é possível acessar o site da PGI pelo menu superior direito "Meus sites".

Qualquer dúvida, acesse a imagem ilustrativa, [clique aqui](#).

Para acessar a notícia no site do TJPR, [clique aqui](#).



## NOVOS ENUNCIADOS ORIENTATIVOS DO FUNJUS

N.º 32 A N.º 35

**ENUNCIADO ORIENTATIVO N.º 32**

CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS. Repasse de custas do item 2.7.6, I, do Código de Normas. Dois ou mais declínios de competência sucessivos entre três ou mais varas judiciais distintas. Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

**ENUNCIADO ORIENTATIVO N.º 33**

CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS. Incidência de custas para expedição de ofícios eletrônicos (BacenJud, RenaJud, InfoJud ou sistemas análogos). Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

**ENUNCIADO ORIENTATIVO N.º 34**

CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS. Incidência de custas para processamento do pedido de autorização judicial para expedição de certidões. Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

**ENUNCIADO ORIENTATIVO N.º 35**

CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS. Cobrança de custas para os atos de Objeção e Impugnação de Crédito no processo falimentar. Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Para acessar os demais Enunciados do FUNJUS, [clique aqui](#).

## CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS PARA FINS ELEITORAIS

Por força da Lei Complementar nº 135/2010 (Lei da Ficha Limpa), posterior ao item 6.17.4.1 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Paraná (foro judicial), as certidões de antecedentes criminais para fins eleitorais deverão fazer referência a todos os processos e crimes relacionados no art. 1º, inciso I, letra "e", números 1 a 10, da Lei Complementar nº 64/90.

Para acessar a íntegra do Ofício-Circular n.º 97/2016, [clique aqui](#).

**PRINCIPAIS OFÍCIOS-CIRCULARES  
E ORDENS DE SERVIÇO (CGJ)**

**OFÍCIO-CIRCULAR N.º 87, DE 07/07/2016:** aos Juízes, Servidores, Serventuários da Justiça, encaminha cópia da decisão proferida no expediente SEI n.º 0024263-64.2016.8.16.6000, a respeito dos questionamentos sobre o cumprimento do artigo 257, inciso II do Código de Processo Civil (publicação de editais). Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

**OFÍCIO-CIRCULAR N.º 97, DE 26/07/2016:** aos Juízes Eleitorais, Distribuidores, Escrivães/Chefes de Secretaria das Varas Criminais, informa que as certidões de antecedentes criminais para fins eleitorais deverão fazer referência a todos os processos e crimes relacionados no art. 1º, inciso I, letra "e", números 1 a 10, da Lei Complementar nº 64/90. Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

**FORO EXTRAJUDICIAL (CJ)**

**OFÍCIOS-CIRCULARES [N.º 88, DE 07/07/2016](#), [N.º 98, DE 28/07/2016](#):** aos Juízes e Agentes Delegados, comunica acerca da inutilização do(s) selo(s) discriminado(s) nos comunicados encaminhados pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo. Clique no número do ofício, para acessar a íntegra.

**OFÍCIO-CIRCULAR N.º 89, DE 08/07/2016:** aos Agentes Delegados dos Ofícios Registrais, informa que a certidão de escritura pública de compra e venda lavrada no Livro nº 72-N, fls. 115, em data de 17/11/2015 e retificação no Livro 72-N, fls. 188, em data de 12/01/2016, lavradas no Tabelionato de Notas de Pinhão/PR, é documento falso. Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

**OFÍCIOS-CIRCULARES [N.º 90, DE 15/07/2016](#), [N.º 91, DE 21/07/2016](#):** aos Juízes e Agentes Delegados, comunica acerca da inutilização do(s) selo(s) discriminado(s) nos comunicados encaminhados pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Goiás. Clique no número do ofício, para acessar a íntegra.

**OFÍCIO-CIRCULAR N.º 93, DE 26/07/2016:** aos Agentes Delegados, encaminha a decisão proferida pelo MM. Juiz de Direito Corregedor Permanente da Comarca de Regente Feijó/SP, por meio da qual comunica decisão proferida nos autos de Dúvida n.º 0001342-66.2016.8.26.0493, suscitada pelo Oficial de Registro Civil de Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas de Taciba, daquela comarca. Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

**OFÍCIO-CIRCULAR N.º 94, DE 26/07/2016:** aos Agentes Delegados, encaminha a comunicação da MM. Juíza de Direito Corregedora do Foro Extrajudicial da Comarca de Alto Piquiri, na qual encaminha informação prestada pela agente delegada responsável pelo Serviço Distrital de Paulistânia noticiando indício de falsificação de documentos apresentados para lavratura de procuração naquela serventia em 30.12.14 e, posteriormente, de substabelecimento, em 29.12.15, tendo aquela agente promovido o cancelamento daqueles instrumentos com base em boletim de ocorrência. Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

**OFÍCIO-CIRCULAR N.º 96, DE 26/07/2016:** aos Juízes e Agentes Delegados, encaminha comunicação do 1º Tabelionato de Notas da Comarca de Cascavel, via mensageiro, com procuração em nome de Israel dos Santos Moreira e Adelio de Souza Duarte (procurador), datado de 10 de janeiro de 2011, com indícios de falsidade. Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).





PRINCIPAIS ATOS NORMATIVOS E NOTÍCIAS

**Atos Normativos**

**Resolução n.º 232, de 13/07/2016:** fixa os valores dos honorários a serem pagos aos peritos, no âmbito da Justiça de primeiro e segundo graus. Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

**Resolução n.º 233, de 13/07/2016:** dispõe sobre a criação de cadastro de profissionais e órgãos técnicos ou científicos no âmbito da Justiça de primeiro e segundo graus. Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

**Resolução n.º 234, de 13/07/2016:** institui o Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN), a Plataforma de Comunicações Processuais (Domicílio Eletrônico) e a Plataforma de Editais do Poder Judiciário, para os efeitos da Lei 13.105, de 16 de março de 2015. Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

**Resolução n.º 235, de 13/07/2016:** dispõe sobre a padronização de procedimentos administrativos decorrentes de julgamentos de repercussão geral, de casos repetitivos e de incidente de assunção de competência. Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

**Resolução n.º 236, de 13/07/2016:** regulamenta, no âmbito do Poder Judiciário, procedimentos relativos à alienação judicial por meio eletrônico. Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

**Notícias**

**18/07/2016 - Plenário Virtual aprova cinco enunciados administrativos:** os enunciados dizem respeito a questões já judicializadas, a demandas em que prevalece o interesse individual, à atuação do CNJ em processos que discutem o conteúdo de provas de concurso, à pena de disponibilidade aplicada a magistrados e ao impacto da aposentadoria de magistrados sobre procedimentos administrativos disciplinares. Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

**FORO EXTRAJUDICIAL 19/07/2016 - Corregedoria: nova regra assegura respeito ao desejo de autor de testamento:** a Corregedoria Nacional de Justiça publicou Provimento com uma nova regra que assegura a realização da vontade de última das pessoas – expressa em seu testamento. Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

**20/07/2016 - Tribunal destina 6.014 armas de fogo para destruição no Paraná:** registrou-se que no primeiro semestre de 2016 foram encaminhadas à destruição 6.014 armas de fogo e 39.409 munições. Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

**FORO EXTRAJUDICIAL 21/07/2016 - Corregedoria abre consulta pública sobre usucapião extrajudicial:** a corregedora nacional de Justiça, Ministra Nancy Andrighi, abriu no dia 21/07 consulta pública sobre usucapião extrajudicial, cujo procedimento foi criado recentemente pelo artigo 216-A da Lei de Registros Públicos, introduzido pelo novo Código de Processo Civil. Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

**28/07/2016 - TJ aprova reestruturação de juizados especiais no Paraná:** o Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) aprovou, por unanimidade, em sessão do dia 20 de julho, proposta de reestruturação das turmas recursais do estado. Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).



INFORMATIVO 832

**Informativo n.º 830**

A Segunda Turma iniciou julgamento de agravo regimental interposto contra decisão que entendera pela impossibilidade de membro do Ministério Público figurar no polo passivo de ação indenizatória, em razão do estatuído no art. 37, § 6º, da CF. O Ministro Dias Toffoli (relator) negou provimento ao agravo regimental. Afirmou que, em ações de responsabilidade civil, a jurisprudência do STF não reconhece a legitimidade passiva do agente público. Entretanto, este estaria obrigado a ressarcir o ente público quando, em ação de regresso, houver o reconhecimento de que atuara com dolo ou culpa. Em seguida, pediu vista o Ministro Gilmar Mendes. (STF, [ARE 753134 AgR-segundo/MG, rel. Min. Dias Toffoli, 28.6.2016](#)).



INFORMATIVO 585

Aprovadas as [Súmulas n.º 573, 574, 575, 576, 577 e 578](#).

**Informativo n.º 585**

**FORO EXTRAJUDICIAL "DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. PENHORABILIDADE DE BEM DE FAMÍLIA IMÓVEL DADO EM HIPOTECA NÃO REGISTRADA.** A ausência de registro da hipoteca em cartório de registro de imóveis não afasta a exceção à regra de impenhorabilidade prevista no art. 3º, V, da Lei n. 8.009/1990, a qual autoriza a penhora de bem de família dado em garantia hipotecária na hipótese de dívida constituída em favor de entidade familiar." (STJ, [REsp 1.455.554-RN](#), Rel. Min. João Otávio de Noronha, julgado em 14/6/2016, DJe 16/6/2016).

## CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PARA MAGISTRADOS - PROCESSO CIVIL



Nos dias 12 a 26 de julho, a Corregedoria-Geral da Justiça em parceria com o Núcleo de Maringá da EMAP e a AMAPAR realizaram o Curso de Aperfeiçoamento para Magistrados em Processo Civil, com a participação de mais de 300 membros da comunidade jurídica.

O Corregedor-Geral da Justiça, Desembargador Eugênio Achille Grandinetti, ressaltou a importância do aperfeiçoamento profissional: "para que cada vez mais possamos debater, esmiuçar o novo Código, levando assim uma prestação jurisdicional adequada. A AMAPAR e a EMAP têm pensando da mesma forma. Queremos buscar o que é de melhor para a magistratura",

Os poderes do juiz, a tutela provisória, a fundamentação da sentença, a coisa julgada e a execução foram alguns dos muitos temas debatidos com profundidade entre os participantes.

Para mais informações, [clique aqui](#).

Para acessar a programação do evento, [clique aqui](#).

### EDIÇÕES ANTERIORES

2011		2012		2013		2014		2015		2016	
<a href="#">jan</a>	<a href="#">jul</a>	<a href="#">jan</a>	<a href="#">jul</a>	<a href="#">jan</a>	<a href="#">jul</a>	<a href="#">jan</a>	<a href="#">jul</a>	<a href="#">jan</a>	<a href="#">jul</a>	<a href="#">jan</a>	<a href="#">jun</a>
<a href="#">fev</a>	<a href="#">ago</a>	<a href="#">fev</a>	<a href="#">ago</a>	<a href="#">fev</a>	<a href="#">ago</a>	<a href="#">fev</a>	<a href="#">ago</a>	<a href="#">fev</a>	<a href="#">ago</a>	<a href="#">fev</a>	
<a href="#">mar</a>	<a href="#">set</a>	<a href="#">mar</a>	<a href="#">set</a>	<a href="#">mar</a>	<a href="#">set</a>	<a href="#">mar</a>	<a href="#">set</a>	<a href="#">mar</a>	<a href="#">set</a>	<a href="#">mar</a>	
<a href="#">abr</a>	<a href="#">out</a>	<a href="#">abr</a>	<a href="#">out</a>	<a href="#">abr</a>	<a href="#">out</a>	<a href="#">abr</a>	<a href="#">out</a>	<a href="#">abr</a>	<a href="#">out</a>	<a href="#">abr</a>	
<a href="#">mai</a>	<a href="#">nov</a>	<a href="#">mai</a>	<a href="#">nov</a>	<a href="#">mai</a>	<a href="#">nov</a>	<a href="#">mai</a>	<a href="#">nov</a>	<a href="#">mai</a>	<a href="#">nov</a>	<a href="#">mai</a>	
<a href="#">jun</a>	<a href="#">dez</a>	<a href="#">jun</a>	<a href="#">dez</a>	<a href="#">jun</a>	<a href="#">dez</a>	<a href="#">jun</a>	<a href="#">dez</a>	<a href="#">jun</a>	<a href="#">dez</a>	<a href="#">jun</a>	

### ANO 2016 Nº 07

Publicação Eletrônica Mensal da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Paraná

**Des. Eugênio Achille Grandinetti**  
Corregedor-Geral da Justiça

**Des. Robson Marques Cury**  
Corregedor da Justiça

Coordenação e Edição  
Maria Vitória Guedes Viotti  
Roberto Rocha Gomes Filho  
Cristiane Iwamoto